




O romance testemunhal como romance de formação: figurações da violência e da crueldade na obra *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes

The testimonial novel as a Bildungsroman: figurations of violence and cruelty in the work Memórias de um sobrevivente, by Luiz Alberto Mendes

Enio Passiani  

eniopassiani@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

 10.52521/21-8350

Gabriele dos Anjos  

gabrieleanjos@gmail.com

Observatório Estadual de Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do RS - OESP-RS

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 26/05/2022

Aprovação do trabalho: 18/04/2023

Publicação do trabalho: 10/07/2023

Resumo

Por que narrar o sofrimento sob a forma de memórias, (auto)biografias ou a partir de outros registros, como o romance? Para além do trabalho de elaboração do sofrimento e da violência, pode-se notar que o testemunho pode fazer parte da construção de sentido a eventos passados, o que não significa a reconstituição virtualmente fidedigna dos eventos, dos participantes (vítimas, perpetradores e testemunhas), dos cenários etc., mas as diferentes formas a partir das quais a violência e o sofrimento são tratados, figurados e significados. A partir desses pressupostos, analisamos o livro *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, no qual é apresentada a “carreira penal” do autor como criminoso. Pretendemos demonstrar que o romance testemunhal, em casos específicos como este, apresenta-se também como espécie de romance de formação: não a formação do indivíduo burguês típico, modelar, consagrado em *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, de Goethe, mas a formação do indivíduo subalternizado, produto de uma sociedade capitalista periférica marcada por profundas desigualdades, exclusões e toda sorte de violências.

Palavras-chave

Romance Testemunhal. Testemunho. Romance de Formação. Romance Brasileiro Contemporâneo. Luiz Alberto Mendes.

Abstract

Why narrate suffering in the form of memories, (auto)biographies or from other records, such as novels? In addition to the effort to elaborate on suffering and violence, it can be noted that the testimony can be part of the construction of meaning to past events, which does not mean the faithful reconstitution of the events, the participants (victims, perpetrators and witnesses), the scenarios etc., but the different ways in which violence and suffering are treated, figured and signified. Based on these assumptions, we analyzed the book *Memórias de um sobrevivente*, by Luiz Alberto Mendes, in which the author's “penal career” as a criminal is presented. We intend to demonstrate that the testimonial novel, in specific cases like this, also presents itself as a kind of *Bildungsroman*: not as the education of the typical, model bourgeois individual, enshrined in Goethe's *Wilhelm Meister's Apprenticeship*, but the education of the subalternized individual, product of a peripheral capitalist society marked by deep inequalities, exclusions and all kinds of violence.

Keywords

Testimonial Novel. Testimony. Bildungsroman. Contemporary Brazilian Novel. Luiz Alberto Mendes.

Introdução

A Filosofia, a Psicanálise, a História e a Teoria Literária, pelo menos na última década, têm dedicado esforços teóricos e metodológicos para se debruçar e enfrentar os desafios interpretativos que a literatura de testemunho apresenta.

As duas primeiras áreas do conhecimento, via de regra, têm se dedicado a pesquisar aquela narrativa testemunhal acerca da Shoah, ou Holocausto, a fim de compreender como esse tipo de literatura representa e, ao mesmo tempo, problematiza o trauma produzido a partir de experiências extremas de violência responsáveis pela degradação do corpo e da subjetividade; experiências que levadas ao limite, tal como aconteceu nos campos de concentração nazistas, implicam a destruição da própria humanidade dos torturados, a sua redução à mais abjeta animalidade.

Nesses casos extremos, os sobreviventes das mais variadas formas de tortura frequentemente se veem obrigados a reconstruir uma nova representação de si mesmos justamente para descobrir o que lhe restou de humanidade; ou seja, narrar significa recuperar a humanidade que lhe foi arrancada. Nesse sentido, a narrativa testemunhal deve recorrer à linguagem literária sem temor de deturpar a realidade, sem a pretensão de ser uma descrição fidedigna da realidade (crítica comum à literatura testemunhal), pois é ela, a linguagem literária, que constitui o auxílio simbólico imprescindível diante do “intraduzível do trauma”. Só a linguagem literária pode abarcar o horror, narrar o inenarrável, dizer o indizível, dar forma à degradação; só ela pode traduzir o traumático: “Diante da impossibilidade de tradução e dever de tradução, qual é o destino psíquico possível para a mensagem intrometida, para o excesso de alteridade?” (RODRIGUES, MARTINEZ, 2014, p. 863). A tradução do trauma por meio da escrita é que pode permitir uma nova posição subjetiva, uma (re) tomada de si ou, noutros termos, uma “apropriação da alteridade radical interna” (Idem, p. 864). Além disso, a narrativa testemunhal participaria também do próprio processo de luto, permitindo que os mortos sejam redimidos historicamente, pois se convoca, no tempo presente, aquelas vozes que há muito tempo (ou mesmo presentemente) foram caladas.

Dentro da mesma perspectiva cumpre destacar outro âmbito dos estudos dedicados à narrativa testemunhal: aquela voltada para a análise e discussão da literatura latino-americana. Apesar das diferenças, há entre as duas concepções algo em comum: para ambas, a *mímesis* constitui a natureza da literatura, no entanto, desenvolvem indagações diversas sobre as possibilidades de a escrita representar a realidade.

Embora os campos da Filosofia e da Psicanálise se ocupem da literatura de testemunho produzida na América Latina e, por conseguinte, dos regimes ditatoriais responsáveis pela perseguição, tortura e assassinato de milhares de pessoas, sua ênfase recai com certa regularidade sobre aquela literatura que tem o Holocausto como tema principal, como já dissemos acima. E coube à História e à Teoria da Literatura, principalmente, voltar-se para a realidade sócio-histórica da América Latina e sua produção literária.

Diferentemente da Filosofia e da Psicanálise, que frequentemente se preocupam em compreender como a literatura de testemunho participa de um mesmo processo de reconstrução de si, a Teoria Literária e a História esforçam-se por demonstrar o apelo coletivo das narrativas testemunhais.

Especificamente no campo da produção da literatura testemunhal latino-americana duas tendências podem ser vislumbradas: a primeira supõe o encontro entre dois narradores, um responsável por organizar e elaborar o discurso do outro. Via de regra, neste caso, temos um intelectual servindo como porta-voz de um personagem subalternizado, um excluído das esferas de poder e saber na sociedade e representativo de um amplo segmento social: “Do convívio, no livro, de dois discursos - o do editor e o da testemunha - brotariam as tensões que configurariam o perfil literário do texto” (MARCO, 2004, p. 47). Nesse caso, os testemunhos imediatos, como depoimentos, cartas, diários, memórias e autobiografias, são considerados “pré-textos” que ao editor cabe organizar e conferir-lhe uma forma. Daí as tensões entre o fictício e o factual, entre literariedade e literalidade, entre a linguagem poética e a prosa referencial. Há nesse trabalho, portanto, uma espécie de resgate da voz do outro, historicamente silenciada. A segunda tendência, por sua vez, diz respeito ao romancetestemunho ou pseudotestemunho, em que o autor mobiliza elementos da ficção para recriar eventos violentos a partir de relatos de várias testemunhas e de vários tipos de documentos, assemelhando-se ao *new journalism* norteamericano (Idem, 2004). Em ambos os casos, a crítica especializada geralmente acentua o caráter democrático desse tipo de literatura, pois ele viabiliza que vozes de outras identidades, historicamente silenciadas, adentrem ao mundo da cultura letrada e erudita, permitindo à periferia lançar desafios ao centro e problematizar a história das importações literárias.

Mas ambas as tendências apostam e sublinham que uma das marcas da narrativa testemunhal seria o compromisso político explícito com as lutas sociais, servindo até mesmo como contraponto às versões históricas hegemônicas, sem abrir mão, no entanto, dos recursos estilísticos, sem fugir ao desafio de representar, por meio da linguagem e sua experimentação, o que poderia ser o inenarrável. A literatura testemunhal impõe, portanto, a necessidade de examinar as relações entre violência, representação e as for-

mas literárias: "(...) resistir à barbárie exigiria imprimir na própria forma marcas daquela violência concebida pelo homem, marcas do mal-estar que aquele evento inscreveu na nossa consciência" (Idem, p. 59).

Tais perspectivas de análise e interpretação não deixam de realçar o engajamento político que a literatura de testemunho apresenta, pois a literatura testemunhal, de acordo com tal embocadura, passa a ser forma a partir da qual os grupos marginalizados dão voz a si mesmos, adquirem protagonismo, passam a falar de si e por si. É, portanto, a literatura dos grupos subalternos e historicamente subalternizados.

Qual contribuição certa sociologia da literatura poderia trazer diferente daquelas já apresentadas pelos campos do saber acima enunciados? O discurso sociológico apresentaria alguma novidade em relação ao que já foi dito?

Pensamos que sim. E pretendemos, neste artigo, avançar algumas pistas apresentadas por Fredric Jameson (1992), mas que dela se distinguem e a certa altura divergem, como pretendemos demonstrar adiante.

Aliás, cremos que a abordagem sociológica consegue articular de modo rigoroso aquelas perspectivas que, dum lado, têm a constituição da subjetividade como tema e aquelas que apostam na dimensão histórica e coletiva da literatura testemunhal.

Bildungsroman x literatura de testemunho?

A literatura de testemunho, de acordo com Jameson (1992), por constituir a voz dos grupos dominados, revela aberta e explicitamente que a linguagem é também suporte das ideologias políticas, constituindo, portanto, um instrumento de luta com força revolucionária. A linguagem, pois, não se apresenta jamais como técnica neutra.

Tal componente político-ideológico da narrativa testemunhal funda uma diferença enorme entre a autobiografia e a literatura de testemunho: a primeira, segundo o autor, constrói um sujeito pessoal, a ilusão de uma identidade pessoal, subjetiva e privada, mediante certas operações estilísticas, como, por exemplo, a importância desproporcional que a infância adquire nos relatos autobiográficos, pois se trata do momento da formação da personalidade, do ego; por conseguinte, adquire também importância nesse tipo de literatura a memória, pois ela que é ativada para se narrar uma infância que se encontra no passado, que adquire, assim, um sentido alegórico, e nesse artifício é como se o presente já estivesse de antemão dado, pois todo o percurso retomado e narrado desde a infância chega, tautologica-

mente, a esse presente de alguma forma determinado. Há uma linearidade nessa forma narrativa. Tais são as características centrais, afirma Jameson, do *Bildungsroman*, o romance de formação, espécie de máquina:

(...) para producir subjetividad, máquinas diseñadas para construir 'sujetos centrados'. Son componentes en una revolución cultural burguesa, donde las personas cuya experiencia de fragmentación y atomización social - luego de la destrucción de colectividades precapitalistas, aldeas de campesinos, comunas, latifundios feudales - está dotada ahora con un nuevo sentido cultural, transmitido - entre otras cosas - por la nueva novelística y las formas autobiográficas. Esta inédita experiencia de aislamiento social se llama entonces de subjetividad burguesa, o personalidad o ego: el surgimiento de esta puede ahora enmascarar la pérdida de pertenencia colectiva (JAMESON, 1992, p. 138).

Ainda algumas observações adicionais sobre o *Bildungsroman*: a forma exemplar do romance europeu do século XIX, “o século sério”, segundo expressão de Franco Moretti (2009), pois foi um século marcado pela impessoalidade, pela conduta regular e metódica da vida, por certo distanciamento emotivo e, obviamente, pela crença na razão e no conhecimento científico.

No plano narrativo, demonstra Moretti (2009), tal seriedade se converte no uso exitoso do discurso indireto livre, em que a narração ora se dá em primeira pessoa (discurso direto) ora em terceira (discurso indireto), permitindo, numa só taca-da, os movimentos de aproximação - e, portanto, envolvimento - e distanciamento - por conseguinte, a análise. Um discurso que, num momento, aproxima o leitor da personagem, proporcionando o reconhecimento, para, no instante seguinte, criar o afastamento entre leitor e personagem, instaurando, assim, certo estranhamento. O indireto livre se torna a forma adequada para realizar o elogio do indivíduo e de todas suas idiosincrasias (sua carga emotiva, sua personalidade, seus desejos, seus sonhos, seu ponto de vista) e, concomitantemente, permitir o distanciamento analítico, racional, conjugando, portanto, dois pilares da sociedade burguesa do século XIX: a ideologia do indivíduo e a razão. Ou seja, um indivíduo acima de tudo racional, centrado, que conjuga harmoniosamente seus desejos com as normas sociais frequentemente e sem qualquer arrependimento ou tipo de dano, exercendo a autocontenção de seus impulsos. O tipo de indivíduo necessário para a produção e reprodução da vida burguesa e que o processo civilizador europeu, tal como descrito por Norbert Elias (1994), conseguiu criar.

Nesse sentido, o romance de formação não apenas expressou e representou esse indivíduo burguês, mas participou ativamente de sua construção, auxiliando na sua formação a partir da educação moral dos sentidos. O *Bildungsroman* não se limitou a mero epifenômeno do processo civilizador, mas constituiu um dos seus elementos fundamentais, integrantes.

Contudo, a desconstrução do *Bildungsroman* pela literatura latino-americana, de acordo com a tese de Fredric Jameson (1992), suscitou uma renovação significativa dessa forma literária, pois tende a rebaixar a importância da infância na narrativa e denuncia que esse “sujeito centrado”, se existe, pertence a um grupo social muito restrito. Nesse sentido, a literatura de testemunho se caracterizaria pela ausência de elementos como a memória e a temporalidade: “(...) por la despersonalización o el retorno del anonimato por una parte y por otra, la espacialización en vez de la temporalidade” (JAMESON, 1992, p, 140). Aqui o anonimato diz respeito a um “sujeito descentrado”, a um mundo social sem privilégios, inclusive essa forma tão peculiar de privilégio e propriedade privada que é o ego burguês ou a identidade pessoal.

A literatura de testemunho aparece, assim, como um tipo de “contrabiografia”, uma vez que o material narrado não se restringe à vivência do narrador, mas se estende a todo um grupo social. Destarte, aponta o autor, o anonimato não significa a perda da identidade pessoal, do nome próprio, senão a sua multiplicação, a associação de um indivíduo com uma pluralidade de outros nomes e outros indivíduos concretos. O testemunho se converte, portanto, tanto num conceito literário (uma vez que constitui uma forma de discurso narrativo) quanto num conceito social, pois ao mesmo tempo é produto e produtor de uma coletividade e da vida coletiva.

Literatura testemunhal: o romance de formação dos subalternizados

A leitura atenta, meticulosa do livro *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, nos sugere a hipótese segundo a qual o romance de testemunho se apresenta, sim, como um tipo particular de romance de formação, de *Bildungsroman*, ao contrário do que afirma Jameson, para quem o primeiro representa uma negação do segundo. Não o romance de formação do indivíduo burguês, tornado constructo ideológico que serve de argamassa da sociedade burguesa, mas a formação de um indivíduo subalternizado, marginalizado, produto de uma sociedade como a brasileira, situada na periferia do capitalismo e que tem a violência como um dos seus elementos estruturadores, em grande medida devido ao seu passado colonial escravocrata e patrimonialista, que servia tão somente à exploração, à geração e apropriação de riqueza às custas do trabalho e da vida do(a) colonizado(a). Passado que se reproduz no presente e que paradoxalmente impede, inclusive, uma modernização burguesa mais plena, limitando-se ao que o pensamento social brasileiro denominou de “modernização conservadora” (FERNANDES, 2020).

Luiz Alberto Mendes, em seu livro, conserva as marcas narrativas e estilísticas do romance de formação, como o discurso indireto livre, em que se mesclam vozes distintas, em que o narrador ora se torna o próprio personagem da narração, ora se comporta como narrador onisciente, imaginando, ficcionalizando o que outros personagens (reais, segundo o autor) poderiam ter falado e/ ou pensado. Vejamos um exemplo de cada um dos recursos:

Sempre passei de ano, jamais repeti. Frequentava escola na marra, não gostava nem um pouco. Era inteligente, aprendia tudo muito fácil. O problema era que meu comportamento era o pior da classe. Não consegui parar quieto. Estava sempre causando problemas (MENDES, 2009, p. 20).

Aqui, personagem e narrador se confundem; aquele que narra é protagonista da ação e, ao narrar, empreende já uma certa avaliação dos seus atos e comportamentos, como sói acontecer no romance de formação burguês, em que o protagonista olha para o passado de uma perspectiva presente, como se este fosse o momento culminante daquele.

A propósito de uma das fugas do ainda adolescente Luiz, lemos:

“Por que fugiu?”, perguntou meu pai, com raiva contida.
“Porque sabia que o senhor ia me matar de bater por eu ter sido expulso do colégio”.
“E você acha que está certo isso? A família te pagando o colégio e você cabulando aulas, você acha certo isso?”
“Não, senhor! Sei que tô errado, estou arrependido, quero voltar para casa”.
“E agora, o que vamos fazer de você? Não dá para te colocar em outro colégio porque não vão te aceitar. Você foi expulso. O que faço com você, bato até matar?”
“Não, pai, bate não!”
Dona Eida [a mãe de Luiz] interfere:
“Você prometeu não bater no menino!” (MENDES, 2009, pp. 30-31).

Nesta passagem, o narrador assume três vozes distintas: a dele próprio, a do pai e a da mãe, estas duas últimas modeladas literária e ficcionalmente, uma vez que figura o pai como “raiva contida” e a mãe como símbolo do amor e da generosidade - noutros trechos o autor trata sua mãe também como figura da justiça e da bondade, como espécie de possibilidade utópica, como esperança que a própria vida tratou de comprometer.

A rememoração da infância e da adolescência são frequentes no livro de Luiz Alberto Mendes - ao contrário do que imaginava Fredric Jameson a propósito da narração testemunhal. Períodos estes da vida do autor/personagem profundamente marcados pela violência:

Para seu Luiz [o pai], espancar era o melhor, se não o único, método de educar filhos. Pelo

menos para mim isso era superevidente, não havia a menor dúvida. Sua mãe, viúva de um ex-boxeador alcoólatra, criara sozinha cinco filhos e só conseguira controlá-los a tamancadas. Meu pai dizia arrepende-se das tamancadas de que se esquivara. “Que cara de pau!”, pensava eu (MENDES, 2009, p. 10).

Toda a socialização do autor ocorreu baseada na violência, no bater e apalpar, por conseguinte, foi internalizando a cultura da violência que o cercava, que compunha o seu meio social. Parece-nos uma explicação demasiadamente fácil e, por isso, equivocada, tentar classificar tal socialização como precária em oposição a uma socialização classificada como supostamente “normal” e saudável. Imaginamos, ao contrário, que a socialização baseada na violência era aquela que definia o seu ambiente social e, portanto, a única possível. A violência, nesse caso, torna-se estruturadora das interações sociais e da própria personalidade, inibindo qualquer pedagogia em sentido contrário, i.e., voltada para a criação de mecanismos psicossociais de autocontrole:

Brincava com os meninos, mas aquilo já me entediava, não interessava mais. A cidade me enfeitiçara, adorava as luzes, as vitrines, o povo indo e vindo... Havia um local que me fascinava. Estava começando a frequentar aquela parte da cidade quando adoeci. A boca do lixo. Aquelas mulheres em trajes sumários, indo e vindo fazendo escândalo, mexendo com todo mundo, até comigo... As cores berrantes de suas roupas, seus corpos, que elas mostravam para quem quisesse ver... Aquilo me atraía demais.

Exasperava-me pensando em como fazer para comer uma mulher daquelas. Ainda não sabia ao certo o que era uma mulher, o que tinha dentro das calcinhas. Prometia a mim mesmo que na primeira oportunidade iria lá novamente. Era só surgir a oportunidade, e eu iria provar aquilo tudo, aquele mundo misterioso e sedutor (MENDES, 2009, p. 30).

Percebemos, desde sua adolescência, a incapacidade do personagem em controlar seus desejos, seus impulsos libidinais. Incapacidade que acompanhará o personagem por boa parte de sua vida e que não deixou de ser produto de uma socialização calcada na violência e, conseqüentemente, produziu violência, principal recurso para adquirir bens materiais e, ainda, como fonte de reparação, de justiça diante de um mundo desigual, logo, injusto, que moldava inclusive o mundo do trabalho:

Seu Júlio [um dos padrões que o autor/personagem da narrativa teve em sua curta carreira como trabalhador] estava ganhando tanto em cima do salário miserável que nos pagava, que nem se preocupava quando o balancete não fechava certinho. Sei lá por que, julgava justo o que fazia: os torneiros estavam levando quase um terço a mais de seus salários para suas famílias. Eu ganhava mais de cinco vezes o meu salário. Julgava que tanto eu como eles precisávamos, logo, era certo pegar. Não havia uma ideia de roubo em mim, era mais uma peraltice, um brinquedo. Eu pegava, não roubava (MENDES, 2009, p. 35).

A impossibilidade de internalizar as normas sociais gerava em Luiz o anseio pela liberdade sem limites, sem freios, uma liberdade que só o dinheiro podia permitir e que o trabalho não poderia oferecer, dadas as condições sociais e econômicas nas quais estava mergulhado:

Eu vibrava, respirava fundo. Sim, era realmente aquilo que eu queria, aquele lugar! [O bar *Snake*, situado na Galeria Métropole] Era isso; seria feliz, finalmente. Sugaria até a última gota de toda aquela liberdade, de toda aquela satisfação. Ninguém me impediria. Acho que foi a primeira vez que me senti realmente livre (MENDES, 2009, p. 41).

A descivilização¹ da economia dos sentidos e sentimentos de Luiz se iniciara logo na infância, em seu ambiente familiar, e, ao longo do tempo, se completa pelas várias instituições de correção pelas quais passou durante sua adolescência até chegar, na vida adulta, ao Carandiru, pelas centenas de roubos à mão armada e dois assassinatos - um deles durante um assalto a um posto de gasolina e o outro já dentro do presídio, defendendo-se de um estupro. Os códigos de conduta e de sociabilidade em tais instituições são, mais uma vez, todos eles balizados na e pela violência, nas quais a tortura é frequente, banalizada como prática corriqueira e que revelam, despidamente, de modo obscuro, o processo descivilizador e a cultura da violência que estruturam a própria história de nosso país e que o autor denuncia: “Tortura era uma instituição no país, praticada nos mais altos escalões da nação. Não acreditávamos em justiça. Quem iria se importar conosco?” (MENDES, 2009, p. 100).

Produtos da descivilização, subalternizados e marginalizados por ampla gama de precariedades (socioeconômicas, educativas, culturais, morais etc.), o tratamento violento e encarado como única forma de controle possível por cidadãos comuns e autoridades judiciais e policiais. A esse respeito, pela voz do autor, reproduzimos a fala de um dos delegados que conheceu Luiz:

Esses pirralhos mereciam nascer mortos. O que vai dar um moleque desses? Futuro bandido. Vai matar e roubar muita gente até ser caçado e morto. Veja: o senhor queria lhe dar um abrigo, matar sua fome, e o desgraçado o rouba! Tenho de mandá-lo para o juizado de menores, por causa disso, nem posso dar um corretivo, pois é menor de idade. Devíamos exterminar esses animaizinhos antes que se tornem um problema insolúvel para o futuro. Vai para o juizado e é provável que amanhã mesmo já esteja aí nas ruas atacando algum trabalhador (MENDES, 2009, p. 70).

Se socialização e civilização significam a internalização das normas sociais e

¹ Tomamos a noção de “descivilização” tal como sugere Norbert Elias no livro *Os alemães*: um processo histórico de brutalização das relações e interações sociais em virtude do enfraquecimento – ou mesmo falência – dos processos civilizadores, criando sociabilidades estruturadas na e pela violência. Durante os processos descivilizadores o próprio Estado, ao invés de inibir a violência, passa a promovê-la despidamente. Para maiores detalhes, além de Elias (1997), consultar também: DUNNING; MENNELL, 1998.

dos códigos morais que garantiriam, nos termos de Durkheim (1972) e Elias (1994; 1997)², a manutenção dos vínculos sociais e a garantia de uma coesão social, a descivilização implica uma socialização que gera a incorporação da violência como único repertório e sentido possíveis. A esse respeito o autor/personagem demonstra impressionante consciência:

Aos poucos, fui introjetando o ambiente violento, até modificando meu jeito um tanto meigo e infantil. Fazia parte de tudo aquilo já. Se não fosse pequeno, talvez estivesse abusando dos menores, como faziam os grandes (MENDES, 2009, p. 110).

Uma socialização em tais moldes produz a desumanização completa do indivíduo, seu aniquilamento enquanto ser social ou, no mínimo, sua fragmentação; a produção de um ser profunda e dolorosamente ambíguo e cindido, pelo menos no caso de Luiz (e que imaginamos não ser único), embrutecido e ao mesmo sensível à dor alheia, completamente à margem da sociedade, mas ansioso por outras formas de interação além daquelas que têm a violência como fundamento.

Considerações finais

O romance testemunhal é o romance de formação dos indivíduos produzidos por uma sociedade terrivelmente excludente e desigual, resultado de um capitalismo periférico e dependente, cuja formação histórica tem a violência como elemento estruturador. Portanto, tal gênero não consiste numa forma literária que expressa ideologicamente a ideia de um indivíduo único, centrado, harmonioso, autossuficiente, mas, ao contrário, constitui a voz que denuncia o destino social de parcelas abrangentes de nossa população; o romance de testemunha, enquanto uma versão particular do *Bildungsroman* europeu e burguês, revela que uma sociedade como a brasileira (e possivelmente outras sociedades latino-americanas) é o resultado histórico de cruéis processos descivilizadores ainda em curso.

A partir da análise das *Memórias de um sobrevivente* propomos aqui, mais do que uma leitura definitiva dos romances testemunhais, uma hipótese de trabalho cuja confirmação depende da pesquisa socioliterária de um rol mais abrangente e diversificado de obras que compõem o gênero. Aqui, neste momento, oferecemos apenas o nosso primeiro passo nesse sentido.

2 A propósito do possível entrelaçamento entre as sociologias de Émile Durkheim e Norbert Elias, consultar: PASSIANI, 2013.

Referências

- ARMSTRONG, Nancy. A moral burguesa e o paradoxo do individualismo. In: MORETTI, Franco (Org.). **A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- DUNNING, Eric; MENNELL, Stephen. Elias on Germany, Nazism and the Holocaust: On the Balance between 'Civilizing' and 'Decivilizing' Trends in the Social Development of Western Europe. **The British Journal of Sociology**, v. 49, no. 3, pp. 339-357, September 1998.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1972.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães**. A luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FRANCO, Jean. Si me permiten hablar: la lucha por el poder interpretativo. In: BEVERLEY, John & ACHUGAR, Hugo (Eds.). **La voz del otro**: testimonio, subalternidad y verdad narrativa. Lima: Latinoamericana Editores; Universidad Rafael Landívar, 1992.
- GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. São Paulo: Edusp, 2012.
- GNONE, Sergio. Dizer as emoções - A construção da interioridade no romance moderno. In: MORETTI, Franco (Org.). **A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- JAMESON, Fredric. De la sustitución de importaciones literarias y culturales en el tercer mundo: el caso del testimonio. In: BEVERLEY, John & ACHUGAR, Hugo (Eds.). **La voz del otro**: testimonio, subalternidad y verdad narrativa. Lima: Latinoamericana Editores; Universidad Rafael Landívar, 1992.
- LEENHARDT, Jacques. A construção da identidade pessoal e social através da História e da Literatura. In: LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998.
- MARCO, Valeria de. Literatura de testemunho e a violência de estado. **Lua Nova**, São Paulo, no. 62, 2004, pp. 45-68.
- MENDES, Luiz Alberto. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MORETTI, Franco. O século sério. In: MORETTI, Franco (org.). **A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- PASSIANI, Enio. Past and present in sociological theory: some similarities and differences between Émile Durkheim and Norbert Elias. In: DÉPELTEAU, François & LANDINI, Tatiana Savóia (Eds.). **Norbert Elias & Social Theory**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.
- RODRIGUES, Geise Mara & MARTINEZ, Viviana Velasco. A narrativa testemunhal e o enredamento do traumático no psiquismo. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v.17, no. 4, pp. 858-871, dez. 2014.

Sobre os autores

Enio Passiani - Doutor pela Universidade de São Paulo (2007); Professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Mestrado Profissional em Segurança Urbana, todos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);

vencedor do Prêmio José Albertino Rodrigues de melhor dissertação de mestrado do concurso CNPq-ANPOCS de Trabalhos Científicos e Teses Universitárias em Ciências Sociais, em 2002; autor do livro “Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil” (Bauru, SP: Edusc, 2003), e de artigos em jornais do Brasil e exterior sobre pensamento social brasileiro, sociologia da literatura e leitura, sociologia da cultura e teoria social - com ênfase em autores como Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Raymond Williams e Émile Durkheim. É líder do GECCA-Sul (Grupo de Estudos em Cultura, Comunicação e Arte), grupo de pesquisa registrado no CNPq, que desenvolve atualmente uma pesquisa intitulada “Sonhos, sociedade e pandemia”, que visa desenvolver uma sociologia de dois sonhos em contexto pandêmico. Recentemente também tenho me dedicado ao estudo da sociologia digital.

Gabriele dos Anjos - Historiadora e Doutora em Sociologia pela UFRGS. Trabalha como pesquisadora em Sociologia no Observatório Estadual de Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública/RS. Seus principais temas de investigação são políticas de segurança pública e violência contra as mulheres.